



Curso

Licitação

Principais Acórdãos dos Tribunais de Contas sobre a Nova Lei de Licitação – Lei 14.133/21

27 a 29/11

Curitiba/PR

**Evento Presencial*

Objetivo

Diante do amadurecimento da Lei 14.133/21, já é possível identificar posicionamentos das Cortes de Contas sobre determinados temas, norteando a atuação dos Agentes envolvidos no processo de Contratação Pública.

O presente curso, visa demonstrar as principais decisões dos Tribunais de Contas sobre temas vinculados a Nova Lei de Licitação e debater junto aos alunos/participantes a melhor forma de implementar o posicionamento jurisprudencial frente aos dispositivos legais e principalmente em razão das peculiaridades de cada Ente Administrativo.

Além disso, o servidor participante restará devidamente atualizado dos julgados exarados pelos TCE's, em especial o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no que tange aos assuntos da Lei 14.133/21.

Público-alvo

Advogados Públicos, Procuradores Jurídicos, Contadores, Auditores, Controladores, Assessores Jurídicos, Servidores dos Setores de Licitações e Compras, Pregoeiros, equipes de apoio, comissão permanente de licitação e Gestores e Fiscais de contratos. Agentes políticos, assessores parlamentares, técnicos e demais servidores públicos e equiparados da Administração Direta e Indireta, que estejam atuando no objeto do estudo, bem como, os agentes políticos municipais.

Local



**Hotel Sant Emilion, Centro
Curitiba-PR**

Carga horária:



15h

Horários



27/11 - 9h às 12h | 14h às 17h

28/11 - 8h30 às 12h | 14h às 17h

29/11 - 8h30 às 11h

**Principais Acórdãos dos Tribunais de Contas
sobre a Nova Lei de Licitação – Lei 14.133/21**

Conteúdo Programático

- QUANDO O ETP PODE SER DISPENSADO E QUANDO ELE É OBRIGATÓRIO;
- SERVIDOR COMISSIONADO PODE ATUAR COMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, FISCAL OU GESTOR DE CONTRATOS?
- CONTRATO VERBAL / COMPRAS DE PEQUENO VALOR / DESPESA DE PRONTO PAGAMENTO;
- COMPRAS PELA INTERNET E PAGAMENTO ANTECIPADO
- DISPENSA DE VALOR - CONTROLE DOS GASTOS X FRACIONAMENTO DE DESPESA;
- INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA;
- OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO;
- REPUBLICAÇÃO DO EDITAL PARA GARANTIR MAIOR CONCORRÊNCIA;
- POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO DE MARCA NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO;
- BENEFÍCIOS PARA ME/EPP NA LEI 14.133/21
- RESPONSABILIDADES DO GESTOR E FISCAL DE CONTRATO;
- CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS;
- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS / ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NA LICITAÇÃO, POSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIAS;
- EXIGÊNCIA DE AMOSTRA E FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS PARA SUA AVALIAÇÃO;
- LIMITES E NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO PARA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;
- QUAL O PRAZO RAZOÁVEL PARA ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA AJUSTADA?
- DATA BASE PARA CONCESSÃO DO REAJUSTE CONTRATUAL;
- ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS;
- DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE INSTAURAR PROCESSO DISCIPLINAR SANCIONATÓRIO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL.



Ministrante

A definir

Mais detalhes em breve

Inscrição

As inscrições devem ser realizadas através do site: www.unicursoscuritiba.com.br ou pelo telefone **(41) 3018-1802**, ou pelo whats **(41) 99950-5578**.

Valor: 1.890,00 *por participante*

Incluído no valor:

- Apostilas
- coffee break
- certificados de participação.

Pagamento

O pagamento deve ser realizado através de depósito bancário em nome de **UNICURSOS**

Informações bancárias

Banco do Brasil –
Agência 1433-8
Conta Corrente 54.542-2.

PIX

CNPJ
19.949.769/0001-89

Após efetuar o depósito favor enviar o comprovante pelo e-mail: ou unicursoscapacitacao@outlook.com favor colocar o nome do(s) participante(s) em anexo.

ATENÇÃO: “O certificado de realização do curso será emitido somente para os alunos que participaram de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de horas/aula”.